

Anotações sobre língua, cultura e identidade: um convite ao debate sobre políticas lingüísticas

Alexandre do Amaral Ribeiro*

*Doutor em Lingüística pela Unicamp. Mestre em Letras pela PUC/RJ. Professor de Lingüística da Universidade Gama Filho e Professor do Curso Normal Superior Bilingüe do INES.

Material recebido em maio de 2006 e selecionado em maio de 2006.

Resumo

Este artigo se pretende um convite à discussão sobre políticas lingüísticas e suas relações com o modo como as pessoas concebem a língua, cultura e identidade em suas vidas. A língua tem uma vida social e política que é comumente negligenciada por algumas crenças, em especial quando o assunto é língua e seu papel na sociedade. Isto porque a língua é freqüentemente vista como um dom natural e, por isso mesmo, fora da questão ética. Neste artigo, é sustentada a idéia de que tal posição não é apropriada e que discutir a língua implica, sim, discutir seu lugar na vida social e política dos indivíduos.

Palavras-chave: política lingüística; identidade; inclusão.

Abstract

This article intends to be an invitation to discuss linguistic policies and their relations to the way people conceive language, culture and identity in their lives. Language has a social and political life which are commonly neglected by some beliefs, specially, when the subject is language and its role in the society. That's because language is often seen as a natural gift and therefore completely outside of the ethics issue. It's here sustained this idea is inappropriate and that to discuss language implies to discuss its place in individual's social and political life.

Key words: *linguistic politics; identity; inclusion.*

A proposta deste artigo é fomentar o debate sobre políticas lingüísticas a partir das possíveis relações entre língua, identidade e cultura. Para tal, relata situações do cotidiano dos falantes/cidadãos brasileiros, bem como resgata alguns fatos históricos que, embora pouco divulgados, podem auxiliar na compreensão do lugar da língua na vida política e social da nação. Ao final, a título de se compreender a extensão e conseqüências inerentes aos atos políticos relacionados à língua, aponta-se para a situação do inglês (no mundo globalizado), pretendendo dar maior amplitude à discussão sobre políticas lingüísticas no país (o caso dos estrangeirismos, por exemplo) e fazem-se alguns comentários sobre as políticas de inclusão. Apontar para tais fenômenos, neste texto, não significa discu-

ti-los com profundidade, mas mostrar o quanto é importante admitir a vinculação língua-identidade-cultura-educação-cidadania e suas implicações políticas.

Não é raro encontrar, em conversas informais entre amigos e familiares, diferentes posicionamentos pessoais sobre a adequação ou não de determinados usos lingüísticos e sobre o quanto aqueles usos (citados nas referidas conversas) lhes são motivo de vergonha e/ou chacota. Essa situação relativamente recorrente torna-se de grande relevância quando o assunto é “o absurdo de uma determinada pessoa ter usado certa construção lingüística considerada errada ou deselegante”. Isto acontece, em especial, ao se considerar a posição social de quem fala.

Há também situações em que se observa um certo des-caso para com o uso e usuários de línguas visuais – como a LIBRAS – uma vez que para a maioria da população trata-se, equivocadamente, – de simples gestos. Assim, tampouco é raro encontrar interlocutores que juram serem “os gestos utilizados por surdos” universais. Para esses, seria óbvio

A relação entre língua(gem), sociedade e cultura é inegável a partir do momento em que se reconhece a existência de um sujeito da linguagem. Nenhum enunciado é produzido destituído de intenção, tampouco sua produção e significado podem ser entendidos em separado do contexto sócio-histórico de sua produção.

que os surdos do mundo inteiro pudessem se comunicar sem problemas. Ao que parece, essas pessoas olham para o surdo – na melhor das hipóteses – como um ser universalmente deficiente, de modo que se tornaria desnecessário pensar na dimensão sócio-cultural de um bem imaterial como a língua de uma comunidade (de surdos) constituída por sujeitos.

De fato, mitos diversos acerca da língua (sua concepção/definição e formas de uso) parecem influenciar essa tendência no comportamento das pessoas em geral. Para a maioria da população, discutir a língua é discutir seus usos “corretos e/ou incorretos” a partir das normas encontradas na Gramática Normativa. Dificilmente, tomam consciência das implicações sócio-culturais e identitá-

rias inerentes à existência e aos usos lingüísticos, tampouco de sua pluralidade legítima.

Uma outra dimensão que costuma lhes fugir com certa freqüência é a dimensão social e política da língua. A idéia generalizada é a de que tal discussão é sem importância, ou minimamente, sem aplicação imediata para a vida das pessoas. Haveria, nessa perspectiva, assuntos mais relevantes, social e politicamente, como a “fome da população”, os “altos impostos”, “a corrupção dos políticos”, etc. Para esses, a língua é algo natural (no sentido mesmo biológico e hereditário) a tal ponto que questões éticas e políticas não lhe são pertinentes. Lembre-se aqui que a questão ética vem à tona, exclusivamente, no momento em que se reconhece a possi-

bilidade de ação do homem. A natureza não pode ser responsabilizada pelos seus atos.

A relação entre língua(gem), sociedade e cultura é inegável a partir do momento em que se reconhece a existência de um sujeito da linguagem. Nenhum enunciado é produzido destituído de intenção, tampouco sua produção e significado podem ser entendidos em separado do contexto sócio-histórico de sua produção. Há uma dimensão claramente social e política da linguagem. Embora não se neguem aqui seus aspectos cognitivos e biológicos, não se pode dizer que qualquer estudo sobre a língua(gem), seu funcionamento e padrões, seja isento de dimensão política. Isto é verdadeiro tanto para o caso em que se olha para as contribuições de lingüistas quanto para os esforços declaradamente políticos de se controlar, preservar, regulamentar e legitimar certos usos lingüísticos.

Dentre os mitos e crenças existentes sobre a língua, capazes de influenciar os pensamentos/comportamentos, anteriormente destacados, pode-se citar a crença de que há uma forma lingüística melhor que a outra e de que no Brasil

“fala-se” apenas uma língua. Há também a crença de que a língua portuguesa é muito difícil, quase impossível de ser aprendida. Se esse pensamento é verdadeiro para maioria da população ao falar sobre o português em relação aos falantes/ouvintes nativos, pode-se daí depreender quais não seriam as crenças detectáveis em meio aos que, não sendo informados sobre a Língua de Sinais Brasileira, e incrivelmente – também – às vezes entre os que têm algum conhecimento, sobre as condições e capacidade de surdos aprenderem português.

Isto acontece, em parte, porque fatores históricos de formação do País revelam a existência de um grande esforço para dominar uma língua de além-mar e, portanto neste sentido, estrangeira. O brasileiro não é – em termos da construção de sua identidade lingüística e em seu imaginário – um nativo de sua própria língua. Para boa parte da população, a língua portuguesa é bem falada somente em Portugal. Lá sim é que se fala bem o português (BAGNO, 1999).

Sobre a história da língua portuguesa no Brasil, primeiramente, é preciso dizer que se aos índios, aos descendentes de imigrantes que em suas comunidades muitas vezes não falam senão a língua de seus antepassados e aos surdos que constituem comunidades

com peculiaridades próprias é reconhecida e assegurada, pela Constituição Federal, a nacionalidade brasileira e suas formas próprias de comunicação, é inadequado dizer que no Brasil se fala uma única língua, pois isso implica o esquecimento ou mesmo a exclusão de alguns brasileiros e suas formas de comunicação. Ainda hoje se falam mais de 180 línguas no Brasil.

Além disso, o que popularmente se acredita como sendo uma única língua não é, nem de longe uniforme/homogêneo. A visão popular de língua, por desconhecimento e não necessariamente por má fé e/ou atitude intencionalmente preconceituosa, confunde a partir de generalizações diversas o conceito de língua. Inicialmente, parte-se da idéia de que língua é algo, só e somente só, falado ou escrito no sentido de que para haver/usar língua é preciso emitir som ou ser capaz de escrever.

A questão da concepção de língua passa comumente por idéias aprendidas desde a mais tenra idade. Os cidadãos aprendem que no Brasil se fala uma única língua, que ela é muito difícil – talvez mesmo a mais difícil do mundo. Isto se procura, em geral, “provar”, por exemplo, pela existência de palavras como manga e sauda-

de, etc. Quanto à palavra manga, é preciso lembrar que fenômenos como o da existência de uma “mesma palavra” que assuma significados diversos não é, de maneira alguma, privilégio da língua portuguesa. Já quanto à palavra saudade, ainda que não se possa dizer que sua origem etimológica e composição apontem para exatamente a mesma idéia (como não acontece tampouco na relação entre a infinidade de outras palavras de línguas diferentes quando comparadas), indica-se aqui uma pesquisa mais apurada sobre a existência, por exemplo, de palavras como “sehnsucht” (saudade) e de verbos como “*sehnen*” (sentir saudade) em alemão.

Muitos acreditam, ainda, que por uma espécie de milagre ou concessão divina em um país de dimensões continentais como o Brasil fala-se a mesma língua. A língua dita portuguesa, no entanto, que se fala no Brasil precisou de uma série de ações sócio-políticas para ser “padronizada” e se “firmar” conforme se conhece na atualidade.

Silva (1995) ao estudar as relações entre língua e inquisi-

ção no Brasil analisa a história da língua portuguesa a partir de dados sobre a vida do Padre Manuel da Penha do Rosário, pertencente à Congregação de Nossa Senhora das Mercês. Esse padre, em sua missão de catequizar os índios no Brasil, utilizava-se de línguas indígenas, contrariando as determinações D’ El Rei de Portugal. Dessa maneira, e por isso mesmo, é convocado a comparecer diante do Santo Ofício para defender-se de acusações pelo uso de línguas indígenas ao catequizar os índios. Essas acusações foram feitas pelo Marquês de Pombal e seus aliados. O padre, no entanto, escreve um documento, respondendo às questões propostas pelo Santo Ofício. Dentre os seus argumentos estava a ineficá-

cia de se tentar explicar o evangelho ou ensinar algo que fosse da doutrina em português a um alunado indígena que nada conhecia da língua portuguesa. Naturalmente, para ser entendido o evangelho e a doutrina era indispensável empregar o idioma indígena. Assim se expressa Pe. Manuel da Penha do Rosário:

Verdade é que a maior parte dos párocos presentes, porque não sabem falar a língua oficial dos índios, ainda que dela tenham algum conhecimento e inteligência, e outros, porque só aprenderam quanto lhes bastasse para dizerem missa, e não para se exercerem em um o ministério de pregar, apenas se contentam, ou per si ou por algum rapaz, com lhes repetirem aquelas orações comuns e perguntas ordinárias dos mistérios divinos, em língua por-

Muitos acreditam ainda que, por uma espécie de milagre ou concessão divina em um país de dimensões continentais como o Brasil, fala-se a mesma língua. A língua dita portuguesa, no entanto, que se fala no Brasil, precisou de uma série de ações sócio-políticas para ser “padronizada” e se “firmar” conforme se conhece na atualidade.

tuguesa e do mesmo modo que nas escolas, quando meninos, as decoraram materialmente. E o fazem assim tão sem proveito dos índios que, perguntados eles de mim, o que pedem no padre-nosso e na ave-maria, dizem que não sabem. E se passo a inquirir o que está em a hóstia consagrada, me respondem uns que (é) Santa Maria e outros que os fígados de Cristo Senhor Nosso. Mas nem por isso deixam de se haverem com eles, em os confessionários e fora deles, em língua vulgar. E para isto procuram aprender as palavras mais necessárias, em que tudo sabe Deus que não minto... (ROSÁRIO *apud* SILVA, 1995:11).

A coerência dos seus argumentos provou que não fazia sentido, no caso da evangelização, o uso da língua portuguesa, enquanto os índios não a compreendessem. O que o padre reivindica, na verdade, é o direito que cada indivíduo tem de ser instruído e de usar a língua de sua própria comunidade. Vale lembrar que esse documento foi escrito no auge da influência pombalina. No entanto, o padre formulou de tal forma sua defesa que não só foi absolvido como ganhou o direito de conduzir uma paróquia em uma comunidade indígena, podendo colocar em prática as suas idéias. Bastante à frente de sua época, o referido padre já adiantava a discussão sobre políticas lingüísticas encontrada mais tarde na Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos.

Na Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos são reivindicados direitos como o de preservação manutenção da cultura e língua próprias de cada comunidade e o de ter respeitado a língua de cada comunidade ou grupo lingüístico. A visão de língua apresentada nesse documento é a de “resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de fatores: político-jurídicos, ideológicos e históricos, demográficos e territoriais, económicos e sociais, culturais, lingüísticos e sociolingüísticos, interlingüísticos, e, finalmente, subjetivos”.

Ao contrário do que se costuma pensar, portanto, falar sobre língua implica sim encetar uma discussão sobre políticas lingüísticas, uma vez que não existe uma língua homogênea e única em nenhum país do mundo nem há uma definição única para o que seja língua. Esse bem imaterial é heterogêneo, vivo, dinâmico e, embora se possam encontrar teorias que tomem a língua como um objeto de dimensão puramente cognitiva e estrutural,

a língua é constitutiva do ser humano – um ser social e político. As concepções de língua que vierem ou não a ser adotadas por essa ou aquela teoria terão conseqüências para a vida política e social desses falantes.

Tais conceitos podem alterar as formas como as pessoas constroem suas identidades enquanto falantes de uma língua e cidadãos de um país. Não é de se menosprezar, por exemplo, a situação (indesejável) em que a LIBRAS é considerada apenas um conjunto de gestos sem status de língua. Um surdo nascido no Brasil é, salvo casos específicos da lei, um brasileiro que não tem a língua portuguesa como língua materna. Se a população e mesmo alguns estudiosos e políticos insistissem que a língua portuguesa é a única língua legítima

de um brasileiro, que falar da situação política, social e cultural de surdos, índios e outros grupos que podem ser brasileiros sem ter como língua materna o português?

As questões levantadas pelo estudo de políticas lingüísticas são interessantes não somente do ponto de vista da informação sobre fatos históricos e sobre os processos de gramatização e padronização da língua nacional, como pelo fato de permitir discussões sobre identidade lingüística e cultural no Brasil. A partir de estudos em políticas lingüísticas, são questionadas ações como as inerentes à tendência de se reduzir a diversidade e favorecer atitudes contrárias à pluralidade cultural, evitando o pluralismo lingüístico.

São discussões possíveis na da área de Políticas Lingüísticas aquelas sobre projetos de lei como o do Deputado Aldo Rebelo, que restringia o uso de palavras estrangeiras no Brasil; as que tratam das denúncias contra preconceito lingüístico; as que propõem reflexões sobre a o reconhecimento de LIBRAS como meio oficial de comunicação da comunidade de surdos, as que estudam movimentos como o “*Deaf Power*” e “*Resistência Surda*”, entre outras.

Por último, é possível ainda usufruir das contribuições sobre políticas lingüísticas para se pensar as políticas de inclusão (no âmbito da educação ou não) no país. Qual o significado da inclusão em termos do lugar que a inclusão ocupa na sociedade e na educação?

Ao que veio e para onde, para que tipo de educação/sociedade, pretende conduzir o projeto de inclusão? Pensar sobre essa questão impulsiona a formulação de algumas outras inerentes ao contexto. Uma de-

las refere-se ao “risco” existente no fato de que um indivíduo precise, antes de tudo, ser reconhecido como excluído para que, então, a sociedade e a educação (em nome das novas demandas de uma sociedade dita inclusiva) venham a propor princípios e estratégias de inclusão. Inclusão que visa a incluir quem? Aonde?

Parece sempre útil lembrar que, ao se propor a inclusão de alguém, se está afirmando que essa pessoa (embora tenha o direito) não é reconhecida como fazendo parte efetiva do contexto em que se deseja incluí-la. Dessa maneira, esforços são desempenhados para que – sem forçar a “natureza” do indivíduo e respeitando as suas diferenças, façam adequações no ambiente-alvo para que se possa proceder à inclusão. Movidos a partir de que tipo de crença sobre o outro e respaldados sobre que princípio e autoridade propõem-se ações no sentido da inclusão? Essa reflexão é importante se não se quiser criar uma sociedade de “ex-alguma coisa”: ex-drogados, ex-excluído.

Muitos podem questionar a necessidade e pertinência ou não das reflexões ora propostas, mas parece correto afirmar que não se deseja olhar para o indivíduo aprendente como se,

de repente, tivesse a sociedade conseguido, por bondade, salvar a sua vida do caos. Há que se encontrar alternativas para não somente estancar a discriminação, mas para resignificar a existência e o papel de indivíduos ditos diferentes na sociedade. Tal objetivo exige, necessariamente, uma reengenharia nas formas de se conceber e comportar diante da situação de inclusão.

Esta visão interessa, pois o que parece ser adequado é um “despertar” da sociedade para o fato dos aprendentes/cidadãos serem todos dotados de grande capacidade cada qual em sua especificidade (sem por isso estar impedido de desenvolver-se em outras áreas). As especificidades/características de cada um, inclusive as lingüísticas, não podem – em nome da valorização da língua e do cidadão – se tornar elementos formadores de guetos.

Referências Bibliográficas

- BAGNO, Marcos, (1999). *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola.
- CORTEZ, Suzana & XAVIER, Antonio Carlos (orgs). (2003) *Conversas com lingüistas – virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola.
- FERREIRA, Dina Maria Martins & RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs). (2006) *Políticas em Linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie.
- GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni P. (1996). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas/SP: Pontes.
- LACOSTE, Yves & RAJAGOPALAN, Kanavillil. (2005) *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil, (2003). *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.
- RIBEIRO, Alexandre do Amaral. (2000) *Língua tua manifestum te facit: considerações sobre identidade lingüística e cultural no Brasil*. Dissertação de Mestrado: PUC/RJ.
- SILVA, José Pereira da, (1995). *Pe. Manuel da Penha do Rosário: língua e inquisição no Brasil de Pombal – 1773*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- UNESCO, *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*. Disponível em: <http://www.linguistic-declaration.org/index.htm>. Acessado em: 10/04/2006.